

APRECIÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA ATRAVÉS DA CONCRETICIDADE DA TEORIA MARXISTA DO VALOR (TMV)

Gilvan Dias de Lima Filho*

RESUMO

A laboração do conhecimento é tradicionalmente concepta através da interação entre o sujeito que aprecia (*cognoscente*) e o objeto que é contemplado (*cognoscível*). Não obstante de parecer uma ação de reação tão natural ao homem a manifestação dessa vinculação entre o ser e o objeto não se torna obrigatoriamente sinônimo pleno da compreensão humana do real dentro da realidade. Como ratificação dessa limitação particular, muitas vezes sancionada como fato social, constata-se a atuação cronológica perniciosa do homem contra si mesmo, respaldado em suas manifestações autodestrutivas dentro dos diversos sistemas de produção historicamente vigentes, em particular no capitalismo. Todavia, contrastando o curso dos fatos a perspectiva marxista reconhece no próprio homem o caminho de mudança, pois, se este é capaz de agir e instituir novas condições como naturais de existência, também é plausível de gerar uma oportuna transformação – de uma sociedade alienada e desprovida do sentido de vida em um coletivo repleto de justiça social. Assim, ante o exposto, este trabalho tem o objetivo precípua de analisar o modo de produção capitalista utilizando-se da concepção de “*Pseudoconcreticidade*” de *Karel Kosik* coligado a “*Teoria do Valor*” de *Karl Marx*.

Palavras-chave: real e realidade; capital; sociedade.

ABSTRACT

The production of knowledge is traditionally defined through the interaction between the subject who observes (*cognoscenti*) and the object which is observed (*cognoscible*). Notwithstanding, it seems a response so characteristic to man the manifestation of this connection between the self and the object becomes not necessarily a synonym of human understanding of real within reality. As a ratification of this particular limitation, often considered a social fact, there is a chronological pernicious action of man against himself, supported in his self-destructive manifestations within different production systems current historically, capitalism in particular. However, contrasting the course of events the Marxist perspective acknowledges on the man himself the path of changing, because if the man is able to act and to impose new conditions of existence as natural, he is also likely to generate a timely transformation - from a disposable and a senseless collective life society to a society full of social justice. Thus, before the above, the ultimate goal of this paper is analyzing the capitalist mode of production using the *Karel Kosik* concept of “*pseudoconcreticity*” related to “*Value Theory*” of *Karl Marx*.

Key-words: real and reality; capital; society.

***Gilvan Dias de Lima Filho** – Doutor em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Política, Cidadania e Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: gilvandl@ufcg.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O modo de produção é o modelo como uma sociedade se constitui para a elaboração, o emprego e a repartição dos bens (tangíveis e intangíveis) gerados continuamente em seus mais diversos setores e sistemas laborativos. Notadamente, o modo de produção de uma sociedade se formaliza pelo uso de suas forças produtivas e nas relações de produção vigorantes nesse coletivo.

No modo de produção capitalista, foco de estudo desse trabalho, o sistema se formaliza pela desregulamentação dos meios de produção tornando-os, em sua maioria, propriedades privadas particulares. A propriedade privada no capitalismo compõe o direito integral de autoridade e austeridade sobre propriedade, abrangendo a determinação e destinação do seu uso, o direito à renda gerada pela propriedade e o direcionamento alocativo do próprio capital.

Como tentativa da implementação de um diálogo orgânico entre a tradição filosófica clássica alemã (onde está presente o pensamento de *Karl Marx*) e a realidade palpável, *Karel Kosik* institui a dialética do concreto como um método para se buscar o real dentro da realidade, o subjetivo por trás do objetivo, a essência oculta na aparência.

Para isso, *Karel Kosik* principia da necessidade de diferenciar igualmente a compreensão legítima da coisa e a aleivosa consciência. Para este pensador o entendimento da “coisa mesma” sempre deve se constituir no objetivo precípua da filosofia, pois, o pensamento comum limita-se a percepção de fatos físicos e a ação humana no seu habitual. O mundo com o qual o homem depara-se como verdadeiro limita-se ao mundo exterior (das aparências) embora esse mundo tenha embasamento e seja considerado físico não expõe os interesses intrínsecos de reprodução do próprio sistema e da classe privilegiada a frente desse processo. Assim, o homem no seu cotidiano acaba por desempenhar características e atributos inumanos, confirmando como real uma realidade que não lhe é própria, aprovando e ratificando apuradas qualidades histórico-desumanas na sua própria consciência (o sujeito torna-se objeto).

Dentro dessa conjunção, o trabalho busca aplicar a “Teoria do Valor” desenvolvida por *Karl Marx* como método de avaliação e ponderação do real oculto e da realidade primária (o que é deliberado como *Pseudoconcreticidade*, por *Karel Kosik*) no desenvolvimento histórico do capitalismo, como tentativa de fomentação de um pensamento crítico, sobretudo, focado no processo de transferência do valor.

2 DIALÉTICA E SEUS ESCÓLIOS

Como definição geral, a dialética, é conceito como processo de diálogo entre ideias cujo enfoque é a confrontação de pensamentos que normalmente resulta em novas ideias. Assim, configura-se como um procedimento de construção do próprio pensamento em incessante movimento de ordenação, desorganização e redistribuição do conhecimento humano individual e coletivo, público e privado, formal e informal.

Não vetante, o mesmo termo recebeu díspares proposições em dados momentos históricos doutrinários e por distinções filosóficas pessoais. As mais proeminentes são:

- A dialética de Sócrates que incorpora três ocasiões: a hipótese, a ironia e a maiêutica. A hipótese é a compreensão precedente e transitória do que se aspira conhecer. A ironia apresenta-se como o questionamento que conduz o interlocutor a perceber a limitação pessoal sobre o que almejava saber. A maiêutica é a arte de clarificar as ideias entorpecidas no espírito do estudioso. A dialética socrática torna-se, assim, o método que propicia, através do diálogo, a proposição e o julgamento de uma tese, a formulação de uma antítese, e a elaboração de uma síntese.

“O princípio dos raciocínios é constituído pela essência das coisas.” Frase Atribuída a Sócrates

- A dialética de Platão que é considerada uma alusão à filosofia, o método mais objetivo de alinhamento entre as ideias privativas (são as que se referem a um ser em particular) e as ideias universais ou puras (são as que se referem a toda uma espécie de seres). Era uma técnica de indagação, replicação e contestação que o mesmo teria rebuscado com Sócrates e usado em seus estudos. Platão contemplava que somente por meio do diálogo seria possível ao filósofo almejar atingir o exato conhecimento, pricipiando do mundo sensível para alcançar o mundo das ideias. Pela tipificação e averiguação lógica de um conceito, chegaria-se a uma síntese, que também deveria ser questionada, analisada e testada, em um processo interminável pela busca da verdade, uma vez que, a veracidade de uma fato, objeto ou pensamento muda com o próprio tempo.

*“Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro; a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz.”
Frase Atribuída a Platão*

- A dialética de Aristóteles que delibera-se como o nexos do provável, do método racional que não pode ser confirmado pela simples realidade exterior. Assim, a dialética seria um método de dedução feita pelo homem originaria de premissas somente

aceitáveis. Aristóteles não funda seu pensamento essencialmente de princípios obrigatoriamente verdadeiros, como em um processo de demonstração científica, para daí decorrer através de silogismos suas definições também não necessariamente válidas, como em uma expressão matemática. Antagonicamente parte de algumas evidências plausíveis que por mediante análise de amoldados obstáculos estabelece conexões de raciocínio que não obrigatoriamente serão lineares, contudo permitem a demarcação de certas conclusões.

"O homem prudente não diz tudo quanto pensa, mas pensa tudo quanto diz." Frase Atribuída a Aristóteles

- A dialética de Hegel que apresenta-se como método de análise da filosofia. Principia seu estudo da Tese - Ser, como pura potencialidade, no qual deve se exprimir na realidade por meio da Antítese - Não-Ser. No conflito permeado pela tese e a antítese surge a Síntese - Vir-a-Ser. Esse entendimento é justaposto tanto à obtenção de conhecimento quanto à elucidação dos procedimentos cronológicos (a história formaliza-se como uma seqüência de momentos que somados compõem uma totalidade) e políticos (como movimento racional superior norteador da ação humana em sociedade). Assim, a verdadeira ciência do pensamento comunga com a ciência do ser, buscando conhecer a totalidade do mundo (caráter metafísico da dialética).

"O homem não é mais do que a série dos seus atos." Frase Atribuída a Hegel

- A dialética de Karl Marx que se ampara no materialismo para ponderar e explicar a realidade sócio-econômica de seu tempo, buscando suplantá-la o pensamento de Hegel e dos Sofistas. A dialética marxista impetra que as leis do pensamento equivalem às leis da realidade. Assim, a dialética é concomitantemente pensamento e realidade. A matéria e seu teor histórico definem a dialética do marxismo, sempre a considerar a realidade contraditória. Incongruência não apenas em sua externalidade, mas em sua unidade das contradições – identidade. Os momentos conflitantes são situados na história com componentes de verdade, mas também de equívoco; não se permutam, mas o conteúdo, estimado como unilateral é apreendido e reapreendido como um estado de mudança e de movimento quantitativo e qualitativo eterno. Ressalta-se que para Marx o conhecimento nem estava no sujeito e nem no objeto e sim nas relações produtivas sociais (ou seja, na interação simultânea do sujeito com o objeto).

"Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo." Frase Atribuída a Karl Marx

3 DIALÉTICA DO CONCRETO E A PSEUDCONCRETICIDADE

Para que seja facultada a compreensão da composição do real fincado dentro de uma realidade, sobretudo, conduzida por interesses classistas hegemônicos, se torna obrigatório transpor a simplificação do mundo das representações caricaturais do ser, da exterioridade dissimulada dos interesses e da apreciação objetiva dos fatos, ou seja, da pseudoconcreticidade que obstrui a autenticidade das ações humanas.

Perceber a essência dos fenômenos torna-se prática não meramente intuitiva, mas sim fundamentalmente analítica, reflexiva, ponderadora, e, sobretudo, subjetiva. Sempre em busca de distinguir o trivial do essencial de cada fenômeno que envolva instâncias particulares ou coletivas, pois, mesmo que o fenômeno apresente-se por inteiro, isto nunca ocorrerá de imediato, sem o uso necessário da conjectura do pesquisador envolvido.

Regularmente, o mundo latente nos apresenta o que parece ser o todo. Doravante o alcance da essência fenomênica se faz mediante sua manifestação. Contudo, a interpretação da manifestação do fenômeno depende da consciência do sujeito que nem sempre é inteiramente cômico ou neutro para avaliar e julgar criticamente a realidade, extraindo assim as determinações e conseqüências concretas do cotidiano.

A essência real ou concreticidade permanece oculta no mundo das aparências, desprovendo o homem de sua própria existência. Na ausência desse como ser, emerge o objeto como produto autônomo de seu criador reduzindo este apenas a práxis utilitária. Práxis aqui entendida como um processo de mudança das circunstâncias, as quais nos possibilitam a formação de ideias, aspirações e pretensões, que, por conseguinte, concomitantemente, nos encaminham para a criação efetiva de novos contextos proporcionando a desmistificação de teorias e a conscientização prática dos atos.

Apesar da realidade configura-se com caráter positivista e corpóreo (forma, dimensão, substância), bem como, algo dado, palpável, visível, mensurável, limita-se a uma explicitação primária. No entanto, não se pode contestar que é na realidade que se encontra o real que precisa ser desvelado para provocar a transposição da verdade. Adverti-se que a própria verdade é apenas uma proposição mutável. Proposição mutável, pois não existe nem verdade absoluta e nem estancada, em outras palavras, do mesmo modo que o homem se modifica a verdade se transforma, assim, depende de aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos em contextos históricos singulares. De acordo com KOSIK (2002)

[...] Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem fenômeno, sem sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência desaparece. [...]

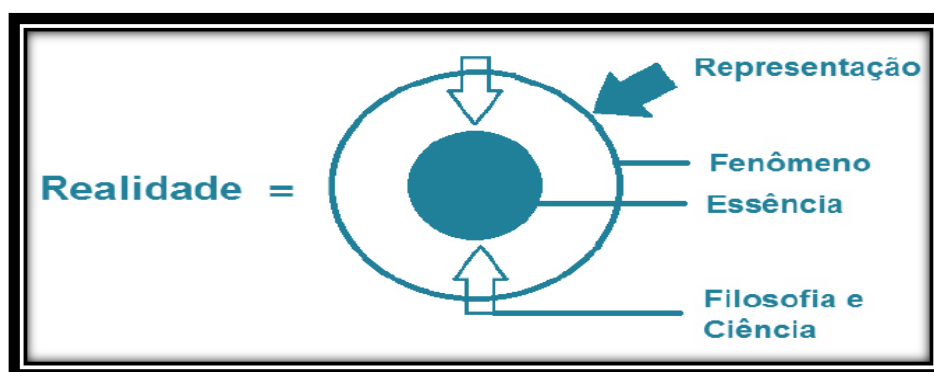
Por ser efêmera a verdade torna-se cíclica em um processo permanente de construção e ruptura do conhecimento auferido em relação ao fenômeno questionado, tornando indispensável à efetivação de um *détour*. Assim, impetrar o concreto só se torna plausível através da interposição com o abstrato, pois, a interpretação da essência se faz mediante as particularidades do fenômeno em suas mais diversas feições.

A apreciação e valorização do objeto formalizam-se como valor humano, necessidade de bem-estar, objetivo de vida. Contrapondo-se, a dialética do concreto (como forma de teoria materialista) busca conscientizar a consciência do homem em seu favor, exaltando a este como meio e fim de seu mundo particular e coletivo. Contudo, apesar de parecer algo tão trivial (mostrar ao homem que suas ações devem estar subjugadas a ele e não ao objeto), a conjunção formal estabelecida é de difícil suplantação. Esta totalidade concreta só pode ser conquistada pelo conhecimento da concreticidade do real (do verdadeiro mundo em que o homem se insere).

O sujeito almejado desta plena realidade seria inevitavelmente social. Um ser produtivo, político e mutável. Produtivo por reconhecer que faz parte da essência do homem o trabalho (não necessariamente o trabalho assalariado alienado), como força geradora de conhecimento, riquezas materiais, satisfação pessoal e desenvolvimento econômico. Político por imposição da convivência salutar em sociedade que principia o fato de que nenhum homem dispõe de todas as faculdades humanas desejadas, logo, seria pelo contrato social que eles se completam uns aos outros para assegurarem as decisões e ações de progresso e satisfação (os mais fortes auxiliam os mais fracos; os ricos ajudam os pobres; os sábios ensinam os ignorantes). Mutável por ser livre para eleger entre o que ele considera legítima ou espúrio, por convicções subjetivas ou objetivas. De modo que se o homem é capaz de responder por seus atos, e os seus hábitos decorrem de seus atos, conseqüentemente o homem é responsável pelos seus hábitos: sejam eles bons ou maus. De forma abreviada, confirma-se nos hábitos o modo como o homem constrói sua vida através de bônus e ônus retidos ou partilhados no grupo em que coexiste.

Logo, torna-se pertinente conhecer a realidade social do sujeito para sua perfeita compreensão. Ao reconhecer essa realidade do sujeito cronologicamente erigido, adiciona-se as partes de um todo para sua efetivação, criando-se condições concretas para a superação da pseudoconcreticidade, despontando da aparência do fenômeno para à sua verdadeira objetividade.

Possivelmente, ao observar tudo que se enaltece como relevante ao homem contemporâneo, não é surpresa perceber um coletivo individualista, cético e ganancioso. Tal constatação exalta uma dificuldade ainda maior para transformar um discurso ou teoria em fatos práticos. Modificar um cenário empírico na busca de estabelecer um novo pensamento de autocrítica permanente sobre tudo que faz parte do cotidiano do indivíduo e ainda esperar um entendimento que venha a se transformar em ação pessoal e/ou mobilização coletiva direcionada as mudanças profundas não só em fatos simples mais na própria constituição do sistema de produção vigente, bem como, afrontando segmentos e classes resistentes pelo favorecimento presente é tarefa que principia por alterações e o reconhecimento falsário de conceitos até então admitidos como verdades.



Para *Karel Kosik* isso decreta uma integração e uma coesão entre a teoria e a prática, ou seja, entre o conhecimento e a ação. Uma percepção de mundo orgânico, gerado pela dialética do concreto em que o “ser” o é em detrimento do “ter” gerando a possibilidade do “vir-a-ser” diferente do “ter” vigorante. Contudo, o “vir-a-ser” não é definitivo, muda de acordo com as necessidades sociais transformando-se assim em uma nova luta entre o “ser” e o “ter” para corresponder as pertinentes alterações. Sobre isso afirma KOSIK (2002)

A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, no caso em que se apresentem isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou “autêntica” realidade.

Não obstante, verifica-se que a realidade pode ser alterada a partir do instante que o homem perceber o seu papel central na concepção social e assim discernir a realidade natural da realidade humano-social, podendo interceder com diferentes possibilidades de ação sobre a natureza física (ambiental) e a sua natureza (humana) transformando o mundo e revolucionando o seu modo de viver e conviver. Voltando, assim a “ser” para poder “ter” e não “ter” para poder “ser”.

4 A TEORIA DO VALOR E A CONCRETICIDADE DO CAPITALISTA

O capitalismo apresenta-se como sistema econômico produtivo misto intencional, com predominância da propriedade e dos meios privados de produção, amparados e assistenciados legalmente por instâncias públicas e voltados para formação, reprodução e acumulação do ganho, norteador da própria essência do capital.

Como organização social materializa-se em contratos de liberdade ou liberdade de contratos, onde as pessoas como sujeito são “livres” para direcionar seus esforços na busca do seu bem-estar. Assim, o capitalismo, segundo seus defensores, seria o modo mais espontâneo e justo de ordenação coletiva, pois, cada indivíduo dependeria exclusivamente da sua própria vontade, empenho e competência para se realizar como ente social. Tudo ocorreria através de permutas voluntárias gerando renda e riqueza como um todo e para todos que assim ambicionassem.

Para *Karl Marx* o sistema econômico capitalista, nesse sentido, não nos revela a verdadeira lei econômica da sociedade moderna que se fundamenta no processo de trabalho, onde os operários interagem multilateralmente para dispor do uso dos alentos da natureza e, assim, respectivamente, contentar seus desejos e necessidades. Logo, o incremento social estaria inteiramente vinculado com a história do trabalho. O aprimoramento das ações produtivas proporcionaria à justaposição dos membros da sociedade direcionados a expansão da consciência da utilidade dessa cooperação.

Neste aspecto, o trabalho estende a natureza de ação do homem, proporcionando o desenvolvimento de sua humanidade. Conjunturalmente, esta progressão altruísta ativa do homem quando deformada, desfigura sua relação com a natureza física e pessoal, preenchido pela categoria trabalho alienado que passa a elucubrar a inclusão da transformação, dominação e distorção da realidade. Esse papel negativamente alterado desempenhado pela categoria trabalho alienado reflete a história do homem no

capitalista como uma história de organização produtiva hegemônica contemporânea impregnada de injustiça social.

Assim, conforme as forças produtivas (conjunto composto pelos meios de trabalho e pelo objeto trabalho) se desenvolveram e se privatizaram, o próprio trabalho torna-se mais especializado e fragmentado em termos de execução e organização social limitando-se ao utilitarismo mercantilista e a valorização imediata da escassez no direcionamento precípua da riqueza material (mercadoria e dinheiro - ativos físicos e financeiros).

Ressalta-se que uma mercadoria, como distingue *Adam Smith*, não tem meramente um valor de uso. Mercadorias são elaboradas, não para serem exclusivamente consumidas, mas, especialmente, para serem trocadas no mercado (demandadas). São produzidas para ser valor de troca. Desse modo cada mercadoria tem dois valores: uso e troca.

Com a inclusão do trabalho como mercadoria pelo modo capitalista de produção este passa também a ser conceito como produto agregado com valor de uso e de troca. Faz-se valor de uso no momento da sua empregabilidade produtiva, tanto origem a outras mercadorias. Como valor de troca se concretiza na compensação de sua remuneração relacionada ao seu poder de compra (poder aquisitivo), permeada pelo nexo geral da escassez.

Na lógica imprecendente do capitalismo o mercado premia o produto, não o esforço. Assim pessoas com baixos níveis de educação e treinamento, com limitações intelectuais ou saúde precária, que produzem artigos de oferta excessiva em relação à demanda, provavelmente ganhariam pouco (o trabalho ou o resultado do trabalho é profuso). Contrastando a isso, aqueles com melhores habilidades, educação, treinamento superior e talentos de reduzida oferta tenderiam a ganhar mais, mesmo trabalhando um menor número de horas e desfrutando de condições atrativas de trabalho (o trabalho ou o produto do trabalho é parco).

Destarte, o trabalho teria um duplo caráter, pois, seria simultaneamente, resultado do esforço do homem no sentido fisiológico, e nesse predicado de trabalho humano se assemelharia ao trabalho humano abstrato suscitando no valor da mercadoria e gerando, portanto, valor de troca; bem como, se disporia como empenho físico do homem sob contorno designadamente adequada a um fim, e nessa feição de trabalho humano concreto útil produziria valores de uso.

Expõe-se assim, a saliência marxista em demonstrar o entendimento do capitalismo partindo da analogia do modo como o trabalho formava o valor de troca das mercadorias e porque a produção tinha como objetivo primeiro a geração de mercadorias para o mercado e não de produtos para a exultação humana.

Nesse conforme, *Marx* esclarece que o valor de troca é fixado pelo montante de trabalho incorporado na força de trabalho, ou seja, é um elemento quantitativo representante do tempo de trabalho socialmente necessário para elaborar e gerar os meios de subsistência, em certo período histórico. Por sua vez, o valor de uso não é idealizado como uma categoria natural, mas como uma categoria peculiar da economia política. Na esfera da produção capitalista o valor de uso ostenta consignações sociais singulares, que conformam seu emprego no cerne da produção e da circulação do próprio valor de troca. A relação entre o valor de uso e o valor de troca é uma relação de sujeição. O valor de uso compõe o “sustentáculo material” do valor de troca. O valor instituído no processo produtivo deve converte-se em valor de troca através da sua concretização no mercado. Isso, porém, só se torna viável se o valor gerado estiver congregado em um conjunto de valores de uso que satisfazem a imperativos sociais reais (necessidades e desejos). No caso do sistema capitalista de produção é o agregado dos valores de usos que se enquadram para reinstituir os elementos materiais do capital constante (meios de produção) e do capital variável (meios de subsistência) que foram esgotados na produção anterior. Não obstante, deve consentir a expansão futura da produção, mediante a conversão de uma parte da mais-valia em capital constante adicionado e capital variável acrescentado. Isso ratifica que, no modo de produção capitalista, o produto social não é designado às necessidades do homem, mas corresponde aos anseios e aspirações do capital.

Portanto, o capitalismo configura-se como um sistema econômico no qual os produtores não vislumbram prioritariamente os imperativos humanos, bem como, na busca limite de competitividade tornam seus preços muitas vezes abreviados, medidos pelo trabalho socialmente abstrato expresso em valores monetários, sujeitos a lei da oferta e da demanda (escassez e excedente do produto) como direcionadores dos preços e distribuidor da massa integral de trabalho como fator de produção entre os dispare ramos laborativos.

Confirmam-se as mercadorias como dimensões sociais, fruto, de relações produtivas passivas, onde o trabalho humano limita-se a ações físicas e intelectuais operacionais, percebidas puramente como formas de atuação desvinculadas de reflexão

ou ponderação de sua real participação. Logo, as interações entre os homens em sua produção social capitalista manifestam-se como valores e coisas, podendo-se incluir em ambas as categoria o próprio homem, pois, como fator produtivo restrito o trabalhador não só produz coisas (mercadorias) como se confirma como tal. Como valor de uso gera valor de troca, permitindo ao capitalista pagar pela força despendida menos do que o equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la.

A exploração torna-se assim nada anômalo e irregular, é uma típica decorrência do funcionamento padrão do modelo capitalista de produção, surgindo da subtração entre o valor instituído pela força de trabalho e o valor intrínseco da força de trabalho.

Essa diferença conserva-se inalterada, modificando-se somente quando os proventos dos trabalhadores são rígidos perante uma jornada e/ou a intensidade do trabalho expandida (elevando a mais-valia absoluta) ou quando há um aumento da produtividade nos setores que produzem os artigos de consumo habitual dos trabalhadores (majorando a mais-valia relativa).

Dessa forma, explicita-se a essência do capital conectada ao que ele é e como ele opera. Em si constitui-se no valor da conglobação do trabalho não pago e sempre redirecionado ao processo de produção (e reprodução) do capital. No seu funcionamento, atua na expropriação da renda e na acumulação da riqueza gerada socialmente, mas, restrita a segmentos privilegiados (proprietários dos meios de produção).

Em suma configura-se como uma acumulação de mais-valia gerada pelo trabalho, materializada na forma de dinheiro, mercadoria ou meios de produção (normalmente é uma combinação dos três). Nunca desvinculada de certificar fisicamente a acumulação futura, o que *Marx* denominou de “auto-expansão de valor”.

Salienta-se que o intento das constantes mutações do processo de trabalho no capitalismo é puramente de expansão da taxa de exploração através da intensificação da produção de mais-valia relativa. Assim, as tecnologias materializadas nas máquinas buscam intensificar o uso produtivo do homem, barateando seu custo e ampliando seu produto, objetivando dilatar o segmento da jornada de trabalho que é retida pelo capitalista.

Destaca-se que o retorno que o capitalista ambiciona auferir não é proveniente exclusivamente do capital variável, mas, da soma deste com o capital constante. A importância deste fato forçou *Marx* a diferenciar a taxa de mais-valia da taxa de lucro. A taxa de mais-valia é “meramente a razão entre mais-valia e capital variável”. Já taxa

de lucro é a divisão entre mais-valia e capital total (capital variável mais capital constante).

Do ponto de vista da análise do capitalismo, a taxa de mais-valia é mais relevante, pois, esta demonstra a força de trabalho como fonte de valor. Contudo, o que importa ao capitalista é a taxa de lucro, pois, esta mostra a magnitude do retorno sobre o seu investimento total. Em outras palavras, a taxa de mais-valia é o meio obrigatório para o fim almejado que é a taxa de lucro. Sobre isso afirma MARX (1974)

Além disso, já demonstramos – e nisto consiste todo o mistério da tendência à baixa, da taxa de lucro – que os meios de produzir mais-valia relativa reduzem-se, em suma, ao seguinte: converter a maior quantidade possível de dada massa de trabalho em mais-valia, ou a empregar a menor quantidade possível de trabalho em relação ao capital adiantado. Assim, as mesmas causas que permitem elevar-se o grau de exploração do trabalho, impedem que se explore com o mesmo capital global a mesma quantidade anterior de trabalho. Há aí tendências opostas que simultaneamente atuam no sentido de elevar a taxa de mais-valia e de baixar a taxa de lucro, correspondentes a dado capital.

Para *Marx* a existência da taxa de lucro é uma explicação da forma como a concorrência esconde às reais relações de produção. Pois é a taxa de lucro que os capitalistas empregam em suas mensurações diárias. Como esse conceito alista a mais-valia ao capital total, torna como fato oculto a força de trabalho como fonte de mais-valia. Configura-se assim como se o capital constante empossado nos meios de produção fosse também responsável por instituir valor e mais-valia.

Este acontecimento *Karl Marx* chama fetichismo da mercadoria, ou seja, a maneira como o funcionamento da economia capitalista conduz as pessoas a acreditarem que suas relações sociais, são de algum modo emblemático, governado por objetos físicos - valores de uso e a maquinaria usada para produzi-los.

A sua decorrência é justificar a existência de lucros, já que o capitalista, como proprietário dos meios de produção, parece tão digno quanto o trabalhador a uma fração do produto que supostamente foi fruto proveniente da colaboração simultânea entre ambos. Enaltece, portanto, a aparência, o fenômeno, o objeto, a realidade em detrimento da verdade, da essência, do sujeito, do real.

5 CONCLUSÃO

Inconfundível deve sempre ser a manifestação do real dentro da realidade. Para *Kosik*, essa busca deve principiar-se com a decomposição do todo para posteriormente rematar-se em um somatório geral, tornando-se ao mesmo tempo particular e amplo o elemento construtivo do verdadeiro conhecimento e proporcionando a fundamentação para uma estrutura explicativa confiável do agir humano. Como aplicabilidade, *Karl Marx* desdobrou o estudo do real inserido na realidade ao detalhar a apreciação da “Teoria do Valor” arrolada ao processo de trabalho, às formações sociais, as relações econômicas e aos aspectos político-ideológicos, dentro de um sistema produtivo determinado. Constituindo, assim, o embasamento para a compreensão do homem a partir de suas especificidades, porém, como momentos de uma totalidade que ostenta o contorno de um processo histórico único. Como trajetória, *Karl Marx* propõe uma complexa dependência entre o processo de conhecimento e uma mudança extrema na organização política das forças sociais usando para isso a distinção da “*práxis* crítica insubordinada da humanidade” e a “*práxis* fetichizada dos homens” que é imperativo para a superação da *pseudoconcreticidade*. No caso da sociedade recente, o trabalhador foi exaltado por *Marx* como o agente principal das mudanças em curso que podem possibilitar o surgimento de um novo modo de produção, transpondo o ser (homem) a uma nova fase civilizatória. Este novo caráter de produção necessita ser antecedido por concepções sociais de transição que organizariam uma nova consignação histórica. Não obstante para que tal fim seja almejado não basta o simples desenvolvimento espontâneo dos fatos, mas sim, a ação consciente da humanidade através de uma vinculação intrínseca e ampla entre o processo de conhecimento, sobretudo, científico e a atuação política. Dentro desse contexto, a “Teoria do Valor” é uma proposição econômica condicionada ao estudo do capital. Configura-se, mas, precisamente como um esboço detalhado da geração e concentração da riqueza no capitalismo. Nesse conforme, o dinheiro é o contorno universal de riqueza e o capitalista tem como intento soberano a valorização do dinheiro, ou seja, converter quantitativamente este sempre em mais. O arcano de apreciação do capital é a possibilidade de alcance da mais-valia, um produto proveniente do excedente de outro produto - o trabalho, que por sua vez é responsável pela geração de mercadorias e que se vincula ao capital pela simples subordinação às leis comerciais de correspondência. Assim, qualquer mudança na sociedade passa necessariamente pela institucionalização do real ao organizacional social atual.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARNONI, M. E. B. **Trabalho educativo e mediação dialética: fundamento teórico-filosófico e sua implicação metodológica para a prática**. São Paulo: CD-ROM, Seminário Internacional de Educação – teorias e políticas, 2003.

BLANCHÉ, R. **História da lógica de Aristóteles a Bertrand Russel**. Lisboa: Edições 70, 1985.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

CIRNE-LIMA, C. **Dialética para principiantes**. 2. ed., Porto Alegre: Edipucrs, 1979.

COUTINHO, Maurício Chafin. **Marx e a economia política clássica: trabalho e propriedade**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de economia, 1999. Texto para discussão n° 31, UNICAMP/IE.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 4. ed. . Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERNANDES, Florestan. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FROM, Erich. **Conceito marxista do homem** /trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

GIANNOTTI, J. A. Introdução. In: Porchat, O. **Ciência e dialética em Aristóteles**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na idade média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GUARESCHI, Pedrinho; RAMOS, Roberto. **A máquina capitalista**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito** – Parte I e II. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KATZ, C. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. /trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MANACORDA, Mario Alighieri. **Marx e a pedagogia moderna**. /trad. Newton R. de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1996.
- MANDEL, E. **A crise do capital; os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaios, 1990.
- MARCUSE, Herbert. **Marxismo soviético: uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos: e outros textos escolhidos*. /trad. José Carlos Bruni **In: Os pensadores** (coleção). São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro. Tomo I. /trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **O capital - livro terceiro: O processo global de produção capitalista**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. /trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Oscite, 1987.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- PANNEKOEK, Anton, **A revolução dos trabalhadores**. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007.
- POSSAS, M. L, **Dinâmica e concorrência capitalista; uma interpretação a partir de Marx**. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 7. ed. São Paulo: *Best Seller*, 2001.
- SILVA, João Carlos. **Educação e alienação em Marx: contribuições teórico-metodológicas para pensar a história da educação**. Revista HISTEDBR Online. Campinas, n.19, 2005.
- TEIXEIRA, Aloísio. **Da filosofia clássica alemã à crítica da economia política: notas sobre o percurso teórico de Marx**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1984. Texto para discussão, n° 41 UFRJ/IEI.
- VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.